

# A Reserva de Gás e Gasodutos de Urucu Ameaça Áreas Intactas da Floresta Amazônica Brasileira

O Lado Negro do *Avança Brasil* de FHC é Cravar uma Rede de Energia no Coração da Amazônia Brasileira

## Resumo do Projeto

No coração da Amazônia brasileira, a 700 km acima de Manaus, planeja-se a construção de dois novos gasodutos para a expansão da produção de gás e óleo das reservas de Urucu e Jurua. Um dos mais arriscados e menos divulgados esquemas do plano *Avança Brasil*, este empreendimento está entre os vinte maiores projetos de infraestrutura lançados como parte do plano de US\$45 bilhões do presidente FHC, conhecido como “*avança Brasil*”.

A rota do gasoduto abriria as portas ao fim de que madeiros, mineiros, fazendeiros e lavradores provocassem o desflorestamento de áreas primitivas, em alguns casos habitadas por grupos indígenas extremamente isolados e vulneráveis, tais como os **Apurina, Paumari, Deni e Jumá**.

Em 1998, a Petrobrás construiu a primeira parte do gasoduto. São 280 km de extensão partindo

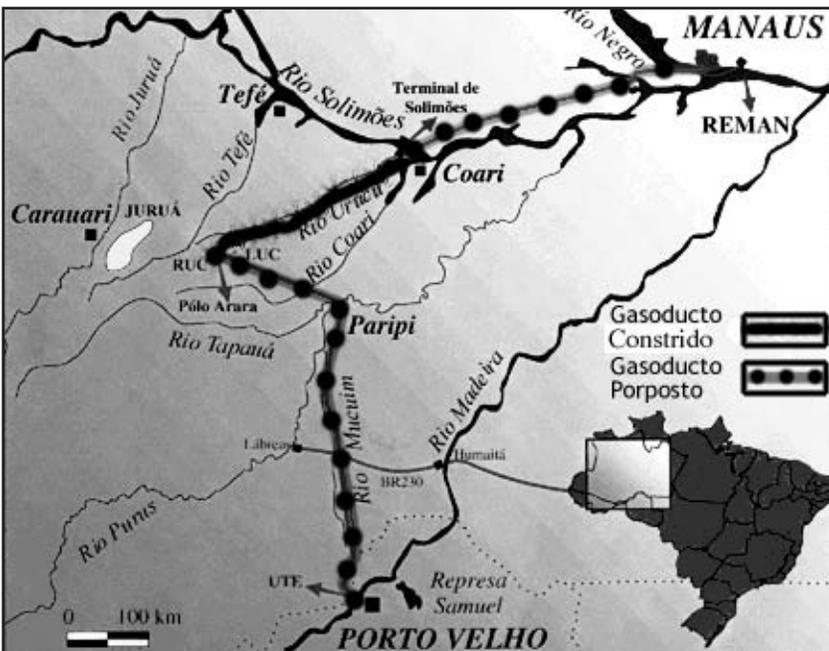
da reserva de Urucu, no Rio Urucu, indo até a cidade de Coari. Ao longo de seu trajeto, este gasoduto provocou impactos desastrosos nas comunidades locais e florestas tropicais.

A Petrobrás planeja agora a construção de duas extensões dos gasodutos. A previsão é de que cause impactos ainda mais graves pelo fato dessas florestas tropicais, florestas alagadas, e savanas serem relativamente intactas e vulneráveis. O primeiro gasoduto, com 550 km de extensão, iria de Urucu a Porto Velho (Rondônia) e o segundo, com 420 km de extensão, de Coari a Manaus (Amazonas).

Os gasodutos fazem parte do Complexo de Gás e Óleo Urucu-Jurua, o qual inclui unidades de processamento, um porto no rio, novos poços, oleodutos e linhas de transmissão de energia para grandes centros da Amazônia brasileira. A estimativa do investimento é de \$1,7 bilhões<sup>1</sup>.

Para a construção desses gasodutos seria necessária a construção de duas estradas de 15 a 30 metros de largura, por toda a extensão dos gasodutos. Essas estradas ligariam as duas maiores cidades

(Continuado página 3)



Brasil: As Reservas Porpostas de Urucu y Jurua

## Índice

Resumo do Projeto	1
Visão do Projeto Urucu	2
Principais Participantes	3
Reservas de Oleo é Gas de Urucu e Jurua	4
Uma Visão dos Impactos Pelo Gasoduto Primeiro	5
Principais Preocupações	6
Medidas Judiciais Contra a Usina Eletrica em Porto Velho	8
Posição Actual do Projeto	9
Oposição das Comunidades Afetadas	10
Documentos Afins	11
Contatos	12

# O Projeto da Reserva de Gás de Urucu and Jurua

## **Gasoduto de Urucu-Porto Velho**

**Extensão:** 550 km/diâmetro 30 cm

**Capacidade:** 2-3 milhões de metros cúbicos por dia

**Custo:** US\$175 milhões (R\$316m)

**Posição:** Preparação da Avaliação do Impacto Ambiental

## **Gasoduto de Coari-Manaus**

**Extensão :** 420 km /diâmetro 45-51 cm

**Capacidade :** 4 milhões de metros cúbicos por dia

**Custo:** US\$275 milhões (R\$500m)

**Posição:** Sob a pressão de oposição pública, o projeto possivelmente está suspenso e em vez o gás transportado por navios petroleiros

## **Usina Termelétrica Termo Norte de Porto Velho, Rondônia**

**Proprietário:** El Paso Energy International, sediada em Houston. Possui 40% de um projeto de US\$280 milhões (R\$506m)

**Capacidade:** Inicialmente 73,8 mega watts (MW), alcançando 178,7 MW em julho de 2002 e 340 MW em julho de 2003

**Posição:** Funcionamento parcial utilizando óleo diesel, com programação de uso de gás para setembro de 2001. Fases adicionais sob construção

## **Terminal de Processamento de Gás no Rio Solimões em Coari**

**Financiamento:** Exim Bank de Japão e Mitsui (US\$64 milhões R\$115m)

**Empreiteira:** Techint Engineering

**Posição:** Construído em 1998 ao custo de R\$100 milhões (US\$55.25m)

## **Aumento da Capacidade Produtiva de Gás e Óleo de Urucu-olo Arara**

**Posição:** A produção de óleo subiu de 30.000 para 54.000 barris por dia

A produção de gás subiu de 2 bilhões para 6 bilhões de metros cúbicos por dia

## **Gasoduto de Urucu a Coari**

**Posição:** Concluído em 1998 por R\$142 milhões (US\$85m)(aproximadamente)

**Poliduto de Urucu a Coari** (Para o transporte de óleo e gás líquido natural)

**Posição:** Concluído em 1998 por R\$100 milhões (US\$60m)

## **Outros Componentes Relacionados:**

Transmissão de Linha de Energia de Porto Velho (Rondônia) a Rio Branco (Acre) (sob estudo)

Usina Termelétrica de Manaus (parcialmente concluída)

Gasoduto ligando as reservas de Gás de Urucu e Jurua (150 km)

## Resumo (continuado)

da Amazônia brasileira – Manaus e Porto Velho – atravessando assim o coração da selva amazônica.

Os novos gasodutos levarão gás natural a usinas elétricas como a **Estação de Energia de Porto Velho em Rondônia**, assim como aos estados do Amazonas e do Acre. A companhia internacional de energia **El Paso**, sediada em Houston, é dona majoritária das duas maiores usinas elétricas favorecidas por esses gasodutos e, portanto, o grande beneficiário deste projeto. A El Paso atualmente controla mais de 76% da energia gerada no estado do Amazonas; está se tornando líder na produção de energia de Rondônia e explora a possibilidade de desenvolvimento de uma rede de energia de 2.000 megawatts para a situação precária de energia do estado de São Paulo.<sup>2</sup>

Grupos locais que se opõem à construção dos gasodutos pedem apoio e envolvimento internacionais para impedir financiamentos para o projeto, expondo os previstos impactos negativos, bem como exigindo a consideração de alternativas para rotas, métodos de transporte, e fontes de energia que possam suprir as necessidades da região. Esses grupos apontam para o fato de que as reservas de gás de Urucu serão gastas nos próximos 15 anos e que esse projeto, por outro lado, causará impactos irreversíveis, afetando para sempre o curso natural da floresta. Além disso o fornecimento de energia de Urucu estimulará o consumo de energia no Brasil, produzindo níveis de demanda que precisarão ser abastecidos depois do acabamento das reservas de Urucu.

Originalmente a Petrobrás considerou fazer a

### Principais Participantes:

GasPetro, a 100 % subsidiada pela Petrobrás

El Paso Energy International

Japan Exim Bank

Halliburton

Schlumberger

Techint Engineering

Banco Nacional do Desenvolvimento

compressão do gás natural numa usina proposta para Urucu e transportar esse gás líquido natural por rio para Manaus, Porto Velho e outras cidades do Amazonas. Entretanto, esse plano foi abandonado e substituído pelo da construção dos gasodutos, que provavelmente conduzirá a uma maior devastação. A oposição continua promover essa alternativa.

Os acordos financeiros para a extensão dos dois gasodutos ainda não foram finalizados. Um representante do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) declarou que o Banco espera dividir o finan-

ciamento e contribuir com um empréstimo de 60% dos investimentos feitos para o projeto. O governo brasileiro declarou que contribuirá com 15% do financiamento de cada um dos gasodutos; prevê-se que o restante dos recursos venha do setor privado e de instituições internacionais.

Em 1997, o **Banco de Exportação e Importação Japonês**

emprestou cerca de \$64 milhões para a construção da Refinaria de Gás de Urucu.<sup>3</sup> Até o momento, não há evidência de qualquer participação de instituições financeiras internacionais no projeto dos gasodutos. Mas é provável, entretanto, que IFC, US Exim Bank e financiadores privados como o Citigroup e sua mais recente aquisição, o BankBoston, sejam contactados para ajuda financeira no futuro próximo.

Alguns financiadores questionam a vantagem econômica do projeto devido à despesa com o desmatamento de 970 km de uma floresta tropical distante para levar o gás a um mercado extremamente limitado, principalmente após terem sido encontradas reservas mais próximas que podem suprir as necessidades de Manaus. Os financiadores provavelmente questionarão os riscos inerentes a um projeto como este.



# Reservas de Óleo e Gás de Urucu e Jurua no Amazonas

Atualmente, a região de Urucu é a única produtora de petróleo e gás na Amazônia brasileira. As reservas na região são de 160,7 milhões bbl de petróleo e mais de 100 bilhões de metros cúbicos de gás natural, ou seja, 24% das reservas de gás do Brasil. Para efeito de comparação, o projeto Camisea no Peru representa 310 bilhões de metros cúbicos ou, aproximadamente, três vezes mais.

Até o momento, a Petrobrás já investiu mais de R\$888 milhões (US\$500m) (1999) no setor de gás, a maior parte dos investimentos no intuito de aumentar a capacidade de produção.

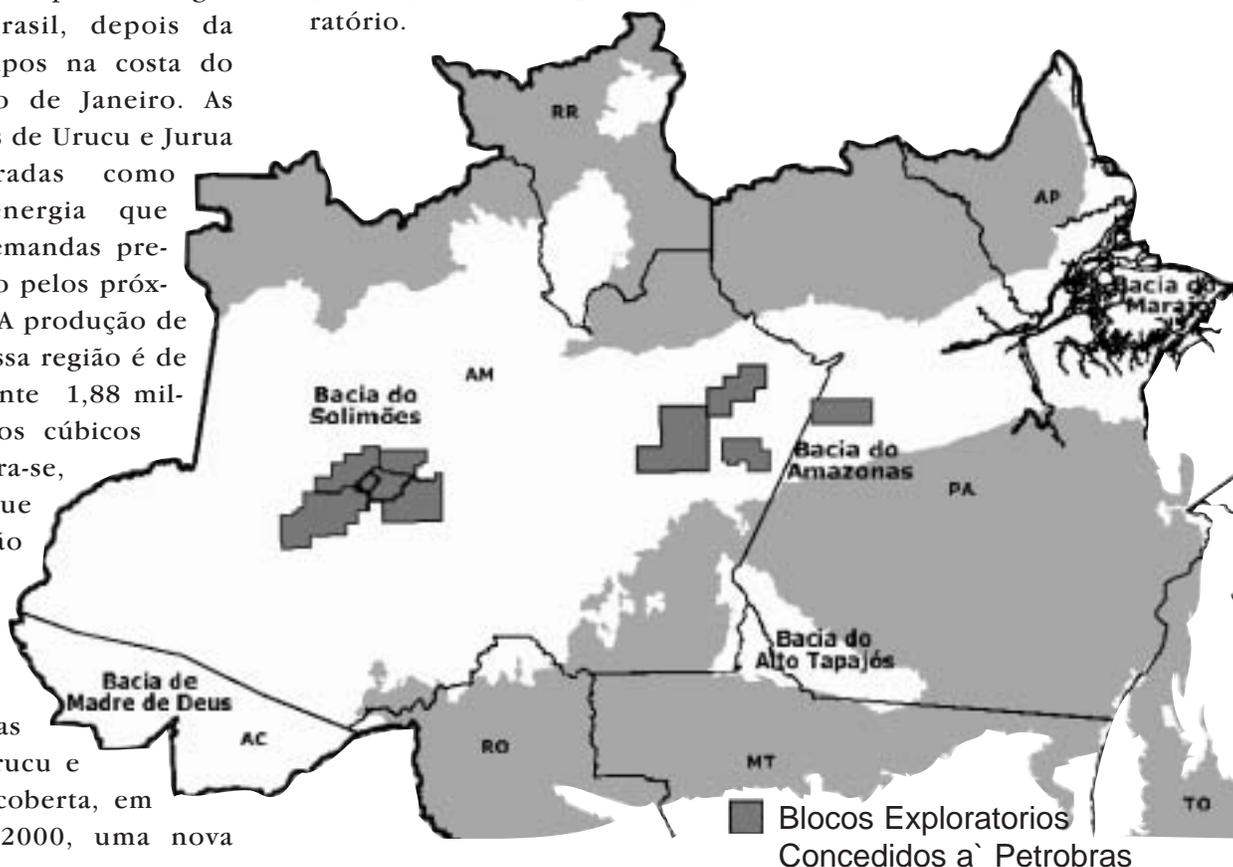
A reserva de Urucu é o segundo maior depósito de gás natural do Brasil, depois da Bacia de Campos na costa do estado do Rio de Janeiro. As reservas de gás de Urucu e Jurua são consideradas como fontes de energia que suprirão as demandas previstas da região pelos próximos 20 anos. A produção de gás natural dessa região é de aproximadamente 1,88 milhões de metros cúbicos por dia. Espera-se, entretanto, que essa produção chegue a 6 milhões de metros cúbicos por dia.

Além das reservas de Urucu e Jurua, foi descoberta, em fevereiro de 2000, uma nova

reserva de gás natural no município de Silves, a 320 km ao leste de Manaus, no Rio Uatumã, Amazonas, que poderia aumentar ainda mais a produção de petróleo da Amazônia. Esta reserva fica 350 km mais próxima de Manaus e é vista como uma alternativa mais vantajosa, em termos de custo-benefício, para fornecer energia para Manaus.

No "Segunda Rodada de Licitações" no ano 2000, o governo brasileiro tentou leiloar a região BT-AM-1, localizada na fronteira do Amazonas com o Pará, mas não recebeu nenhuma oferta. Um estudo prévio da região, pela Petrobrás, inclui testes sísmicos por 940 km e a perfuração de um poço exploratório.

A Petrobrás explora atualmente nove regiões nas bacias do Amazonas e Solimões, das quais os resultados obtidos ainda são desconhecidos. (Ver mapa para localização das regiões).<sup>4</sup>



# Uma Visão Mais Detalhada dos Impactos Causados Pelo Gasoduto Urucu-Coari Recentemente Construído

O primeiro gasoduto Urucu-Coari, concluído em 1998, provocou impactos desastrosos nas comunidades ribeirinhas locais e no meio ambiente pelos Rios Urucu e Solimões. Este fato é um grande exemplo do que pode ocorrer com a construção de mais duas extensões desses gasodutos.

O gasoduto bloqueou três fontes de água que as comunidades usavam para beber, tomar banho e plantar mandioca – o alimento de maior importância da região e responsável pela maior fonte de renda. Em consequência deste bloqueio, a população agora precisa andar uma distância considerável para obter água potável. Devido à construção do gasoduto, vários outros afluentes que eram usados pela população ao longo do rio Urucu entupiram-se de sedimentos fluviais e tornaram-se inacessíveis. A população pesqueira sofreu um baque dramático.

O aumento no tráfego de barcas transportadoras de materiais de construção e de aerobarco agravou o problema, já existente, de invasões dos barcos industriais de pescas. As populações ribeirinhas tiveram que se ajustar à escassez de caça e pesca.

Em vários lugares ao longo da rota do gasoduto foram derrubadas castanheiras e árvores frutíferas. Os frutos dessas árvores têm uma

*A cidade de Coari, onde o gás será estocado, teve um acréscimo de 7.000 habitantes e é hoje conhecida como centro de prostituição da região do Solimões.*

---

importância fundamental para a economia da população local. Apesar do corte dessas árvores ser uma violação do Código Florestal brasileiro, a recompensa desse crime não alcançou a todos os prejudicados.

Este projeto está contribuindo para o êxodo da população rural de forma nunca vista, com consequências extremamente negativas. Para agravar a situação, a rota do gasoduto, estendendo-se 10 km ao longo do lado esquerdo do Rio Urucu, bloqueia a passagem de animais que servem como fonte de alimentação para as comunidades que ali vivem.<sup>5</sup> A cidade de Coari, onde o gás será estocado, teve um acréscimo de 7.000 habitantes e é hoje conhecida como centro de prostituição da região do Solimões. Cresceram também a prostituição infantil, o tráfico de drogas, assaltos, violência doméstica e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a AIDS. Por fim, apesar das promessas das empresas envolvidas, o projeto não gerou trabalho para a população local, pois trabalhadores foram trazidos de outras regiões.<sup>6</sup>



# A Reserva de Gás de Urucu e Jurua Principais Preocupações



## Degradação de Rios e Igarapés

O projeto de gás do Urucu causaria um grande impacto nos rios, nas florestas alagadas e nos igarapés, onde há reprodução de peixes; fragmentaria também a floresta, aumentando assim os riscos de incêndios e reduzindo sua resistência natural ao impacto destrutivo do vento.

## As Duas Maiores Cidades da Amazônia Seriam Conectadas a Áreas Intactas da Floresta, Provocando uma Migração Urbano-Rural

Phillip Fearnside do INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia) aponta para os riscos de abertura da parte central do Amazonas, até então intocável pela própria dificuldade de acesso. A rota do primeiro gasoduto Urucu-Coari não conectou os centros regionais; entretanto, a rota dos dois novos gasodutos conectaria duas capitais – Porto Velho e Manaus – ao coração da floresta, facilitando assim o acesso às grandes áreas virgens e um desenvolvimento por dentro.

Este projeto pode levar a uma migração de lavradores de Rondônia. Este tipo de migração vem acontecendo tradicionalmente na Amazônia sempre que uma nova estrada é construída. Trabalhadores rurais e lavradores geralmente vendem suas terras, obtidas pela reforma agrária, a latifundiários, e se mudam para novas terras, expandindo ainda mais o desflorestamento.

## Rotas Afetam Áreas de Alta Prioridade para Conservação da Biodiversidade

Cientistas e organizações brasileiras e internacionais, envolvidos nos projetos de conservação da natureza, identificaram várias áreas “de alta prioridade na conservação da biodiversidade”, nas quais passará o gasoduto.<sup>7</sup> Aqui se incluem as várzeas, consideradas vulneráveis, únicas e de alta prioridade na escala regional, assim como as florestas tropicais úmidas de Purus/Madeira e Jurua, que foram identificadas como relativamente intactas e excepcionais na região.<sup>8</sup> Apesar do gasoduto ser subterrâneo, será necessária a construção de uma estrada de 15 a 30 metros de largura. Essa estrada aumentaria o acesso a áreas intactas

e provavelmente o desmatamento e outros usos predatórios da floresta, inclusa a caça ilícita. Os 970 km de gasoduto catalizarão a degradação e o desflorestamento em áreas de alta importância para a conservação da floresta.

---

***A rota dos dois novos gasodutos conectaria duas capitais – Porto Velho e Manaus – ao coração da floresta, facilitando assim o acesso às grandes áreas virgens e um desenvolvimento por dentro.***

---

## Áreas Protegidas Que Podem Ser Afetadas Pelo Projeto

Áreas protegidas de alta biodiversidade, incluindo as seguintes áreas preservadas pelo governo federal: Reserva Biológica de Abufari (sul de Coari) e o Lago de Aipua, uma área de proteção ambiental (acima do Rio Purus)<sup>9</sup>.

## Comunidades Indígenas Isoladas Afetadas pelo Projeto

A Gaspetro planeja construir o gasoduto ao redor do perímetro norte da área indígena de Jacareúba e Kataxixi onde vivem tribos indígenas isoladas. Essas reservas ainda não foram oficialmente demarcadas. Na realidade, o processo de demarcação se arrasta a 15 anos. O projeto Urucu é visto como um fator que dificultará ainda mais esse processo.<sup>10</sup>

Além disso, o gasoduto passaria por áreas próximas às

## Ecossistemas afetados <sup>10</sup>

Região	Tipo de Ecossistema	Posição e Prioridade de Conservação
Área de Coari	Florestas inundadas ou Várzea de Purus (sujeita a enchentes ocasionais)	Vulneráveis; Excepcionalidade Global Alta Prioridade na Escala Regional
Norte de Purus	Planícies relativamente intactas terra Juruá Floresta Úmida	Relativamente Intacta; Excepcionalidade Regional; Prioridade Moderada na Escala Regional
Sul do rio Purus	Planície relativamente intacta floresta tropical: Purus/ Madeira Florestas Úmidas	Relativamente estável, Importância Local; Prioridade em Escala Nacional
Humaita	Savanas Amazonas	Excepcional importância Bioregional, Moderado, Prioridade na Escala Regional
Norte de Porto Velho	Pantanal	Necessidade de maiores informações no tipo e posição dessa região

comunidades indígenas de Apurina, Paumari, Deni e Juma. De acordo com a demarcação do trajeto o impacto se estenderá às seguintes áreas indígenas: Caititu, Banawa do rio Piranhas, Paumari do Lago Maranhã, Jarawara/Jamamadi/ Kanamanti e Paumari dos territórios do rio Ituxi. Além disso, reservas como Juma, Paumari do Lago Parica, Paumari do Lago Manissua, Paumari do Cuniuá Paumari, poderão ser afetadas.

Mesmo que a rota não atravessasse essas áreas, a oportunidade de acesso a essa região certamente aumentará a pressão social sobre os grupos indígenas próximos dali. Uma vez construídas, as estradas passarão a ser utilizadas pela população, a qual pressionará as autoridades da região para mantê-las e melhorá-las.<sup>11</sup>

### Aumento da Exploração Ilegal de Madeira na Região

Maior acesso a áreas remo-

tas da floresta tropical provoca o aumento de atividades madeireiras ilegais. Atualmente, 70 a 80% da produção de madeira da região amazônica vem de fontes ilegais. A nova legislação permite a venda, sem licença, de até 45 metros cúbicos de madeira por pessoa.<sup>12</sup>

### Comunidades Ribeirinhas e Seringueiras Afetadas pelo Projeto

As comunidades que vivem ao longo do rio Urucu tendem a sofrer consequências mais graves do que as que se encontram no próprio gasoduto Urucu-Coari. São impactos como aumento de poluição, prostituição, crimes e fluxo de

migrantes que procuram ali se estabelecer. As comunidades ribeirinhas dos rios Mucum e Purus também seriam afetadas. Vários municípios estariam sujeitos aos mesmos impactos sofridos pelos de Coari. Os maiores desses municípios são Canutama, Camaruã, Tapauá, Lábrea e Humaitá<sup>13</sup>. Ao longo do rio vivem também comunidades seringueiras.



# Medidas Judiciais Contra a Usina Elétrica da El Paso em Porto Velho

Excertos de 07 dezembro 2000 atualização do FORUM

O “Sindicato dos Urbanitários de Rondônia”, composto por trabalhadores da indústria de água, saneamento e eletricidade, procurou o Forum (fórum de ONGs em Rondônia) e pediu apoio para lidar com os problemas gerados pela Usina Elétrica Termo Norte, em Porto Velho.

A recém construída usina elétrica, situada no centro de seis bairros residenciais contando 8.000 famílias, foi posta em funcionamento pelas companhias envolvidas – sob a liderança da El Paso Energy International, sem nenhuma consulta prévia à população local. Atualmente a usina usa óleo diesel para gerar 64 MW de eletricidade e já causou problemas sérios de

visória apenas para sua instalação, não para operação. A licença para o p e r a ç ã o requer um E I A / R I M A completo e a p r o v a d o p e l o C o n s e l h o Estadual do M e i o A m b i e n t e após audiências e participação pública no processo. Só então a licença para instalação e operação pode ser concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O sindicato dos trabalhadores e o Forum propuseram uma ação civil pública requerendo a suspensão da instalação da usina elétrica, que se encontrava na parte final da Fase I. O Forum propôs a ação em conjunto com o Ministério Público Federal, órgão representativo da sociedade civil, defendendo, entre outros interesses, o meio ambiente e a qualidade de vida da população.

Devido às irregularidades no processo de obtenção de licença e aos impactos ambientais inerentes, o Forum propôs, em 19 de maio de 2000, uma ação civil pública demandando a suspensão absoluta da usina elétrica até que fossem cumpridas as exigências



necessárias, a saber: obtenção de autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a produção de energia; realização de uma audiência pública, de acordo com o Artigo 1 do CONAMA, seguido da apresentação do EIA/RIMA; cancelamento imediato da licença preliminar do IBAMA e emissão da Licença Provisória de Instalação.

Os autores exigiram do IBAMA a aplicação de todas as sanções cabíveis para o monitoramento da instalação dos projetos da Termo Norte.

O juiz federal Francisco Martins Ferreira decidiu, em 14 de junho de 2000, que todas as exigências fossem cumpridas e ordenou a suspensão imediata da instalação e atividades da usina elétrica até a obtenção das licenças, somente possível depois da aprovação da EIA.

***Com apenas quinze dias de funcionamento, houve um vazamento de óleo contaminando o rio Velho, próximo da usina.***

poluição e degradação ambiental. Além disso, a usina iniciou suas operações sem respeitar as leis brasileiras.

A Termo Norte Energia Ltda, consórcio contratado pela Eletronorte, não cumpriu com os procedimentos legais, pois havia obtido uma licença pro-

# O Fórum denunciou o processo como ilegítimo, nebuloso e antidemocrático.

Além disso, o juiz estabeleceu uma multa de R\$200.000 (US\$ 110.500) caso as exigências não fossem observadas. Em consequência, as operações da companhia foram paralisadas por dois meses.

A companhia realizou uma audiência pública onde o Fórum apresentou um relatório

detalhado com suas preocupações em relação à instalação da usina. O relatório propunha um plano de monitoramento ambiental e medidas compensatórias que fossem estipuladas e documentadas no EIA/RIMA.

O EIA/RIMA foi aprovado pela CONSEPA, mas os financiadores do projeto não ado-

taram nenhuma das propostas apresentadas pela comunidade. O Fórum denunciou o processo como ilegítimo, nebuloso e antidemocrático.

O CONSEPA negou os pedidos do Fórum para a realização de outra audiência pública. Como resultado, o Fórum apresentou um novo pedido de suspensão do projeto, exigindo desta vez o seguinte: prorrogação da moratória do projeto; convocação imediata de uma audiência pública, tal requisitada por 50 pessoas; investigação técnica e revisão do EIA/RIMA por especialistas nomeados pelo juiz; e anulação dos resultados do encontro da CONSEPA, onde os estudos ambientais foram supostamente revisados e aprovados pela Comissão de Análise da SEDAM (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental).

No final, a companhia conseguiu, após dois meses, cancelar a moratória da usina e retomar suas atividades normais. Com apenas quinze dias de funcionamento, houve um vazamento de óleo contaminando o rio Velho, próximo da usina. O Fórum e a população local só vieram a saber do desastre uma semana depois de ocorrido, através de um jornal local.

O Fórum imediatamente denunciou o ocorrido ao Instituto de Criminalística do Estado de Rondônia, requerendo a interdição da usina elétrica. Até fevereiro de 2001, não houve nenhuma iniciativa por parte do Ministério Público Estadual e a Termo Norte Energia Ltda. já apresentou ao SEDAM o EIA/RIMA para a Fase 2.

## Posição Atual do Projeto

Provocando blecautes freqüentes em partes do país, a deficiência energética no Brasil acelera a aprovação de projetos de energia pelas agências regulamentárias. Por isso a poluente Usina Termo Norte de El Paso, a qual opera com diesel até o entrar em serviço do gasoduto a Porto Velho, encontra um caminho ligo. Essa companhia tem planos para constuir uma usina parecida em Manaus.

Entretanto, grupos locais acabam de informar Amazon Watch que um dos dois gasodutos propostos, ele de Coari-Manaus, possivelmente está suspenso pelo futuro próximo a causa da oposição do Governador do Amazonas, quem favorece transporte fluvial do gás em navio tanque pelo rio Amazona. Sob a pressão da oposição pública, o governo do Amazonas opou-se ao projeto do gasoduto e esta promoviendo o licenciamento da CIAGAS (Companhia de Gás de Amazonas, que é semi-estadual) para começar o transporte desde Urucu a Manaus imediatamente.

Os grupos locais o vêem como um sucesso parcial porque o transporte fluvial evitar o pior impactos do gasoduto: abrir estradas pela floresta intacta. Animados por esse acontecimento, os grupos esperam que a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho também possa ser abandonada em frente da alternativa de transporte fluvial.

Por outro lado, o gasoduto Urucu-Porto Velho beneficia da promoção da Petrobrás, a companhia responsável para a sua construção. O Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) está quase completo; O Diário Oficial publicará os resultados em junho de 2001. Preocupado pela falta de consultas preliminares nos padrões de referência pelo EIA/RIMA, o CPT demanda que a Petrobrás e os oficiais encarregados da autorização convocuem audiências públicas em todas as comunidades pela rota do gasoduto.

Reconhecendo a história da Petrobrás pouco atenta ao meio ambiente e a necessidade de proteger as comunidades vulneráveis, Estevão Monteiro de Paula, o presidente do Instituto de Proteção do Meio Ambiente do Amazonas (IPAAM), pediu um maior papel no processo de licenciamento e avaliação pelo gasoduto Urucu-Porto Velho; quase 500 km dele pertencerão dentro do Estado do Amazonas.

# Oposição das Comunidades Afetadas

Uma coligação de grupos indígenas e organizações locais estão se mobilizando ativamente contra o projeto, incluindo a **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**, **Coordenação das Organizações Indígenas do Amazonas (COIAB)**, **Forum Permanente de Debates da Amazônia (FORAM)**, **Forum das ONGs de Rondônia (FORUM)** e o **Conselho Indigenista Missionário Região Norte (CIMI-Norte)**. Este é um grupo comunitário pequeno, bem organizado e em crescimento. A coligação se formou em consequência dos desastres provocados pelo primeiro gasoduto. Dedicar-se a responsabilizar a Petrobrás pelos erros cometidos no passado, bem como informar e mobilizar as comunidades locais e indígenas sobre a nova rota. O grupo está preocupado com os impactos da fase de construção, assim como os impactos, a longo prazo, da infraestrutura criada e do desenvolvimento industrial que o gás trará a região.

A **Comissão Pastoral da Terra** em Manaus coordena a maior parte dos esforços contra os dois projetos: o gasoduto já existente e a proposta de suas extensões. A CPT iniciou intervenções oficiais no gasoduto original em 1999 e 2000 para obrigar a Petrobrás a mitigar os impactos negativos causados pelo mesmo. No final do ano 2000, os esforços da CPT induziram o Ministério Público a investigar e apresentar uma denúncia junto ao IBAMA, acusando a Petrobrás de ter selecionado, demarcado e desmatado áreas para a rota do gasoduto sem autorização legal, divulgação e discussão pública. Existe também a preocupação de que o objetivo principal do projeto é o fornecimento de energia para novas instalações industriais na Amazônia. A CPT insiste na necessidade de exploração de sistemas alternativos de energia.

A **ONG Forum de Rondônia (Forum)** tem concentrado seus esforços sobretudo na oposição à Usina Termo Norte, ressaltando o fato de sua instalação ter sido feita sem licença oficial e de ter provocado grande poluição. Através de uma ação judicial eles conseguiram a suspensão de seu funcionamento por dois meses. Entretanto, a usina voltou a operar. No momento, o Forum necessita de apoio financeiro e recursos humanos para dar prosseguimento à ação judicial, treinar grupos de monitoramento e fazer avaliações técnicas para acompanhar as discussões sobre a segunda fase do projeto.

Philip Fearnside, especialista em energia do **Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA)**, dedica-se aos impactos causados pelas estradas que cruzam a rota Urucu-Porto Velho entre Humaita e Liberação.

Dan Nepstad, do **Woods Hole Research Institute/IPAM**, um instituto de pesquisa não-governamental, sediado em Belém, cuida dos impactos secundários do gasoduto, principalmente após o primeiro EIA não haver identificado os impactos negativos na comunidade.

Na Europa, esse projeto é discutido pela **Koordinatión Brasilien** (organizações de grupos alemães que trabalham no Brasil) e pelo **Tropenwald Netzwerk** (rede de grupos ambientalistas na Alemanha) e **European Working Group on Amazonia (EWGA)**.

**Environmental Defense** em Washington DC publicou um perfil dos impactos do projeto Urucu, incluindo-o na lista dos dez piores financiados pela Export Credit Agency. A organização defende a importação de energia da Usina Guri, na Venezuela, cuja linha de transmissão já foi estendida para Boa Vista, de onde se faria uma extensão até Manaus, suprimindo assim o mercado de eletricidade do Amazonas. Entretanto, há controvérsias sobre esse projeto, o qual se encontra suspenso, na parte da Venezuela, devido a oposições de grupos indígenas e ambientalistas.



## DOCUMENTOS AFINS

"Amazon Energy Development," Kirsty Hamilton. Outubro, 2000. Uma sinopse sobre o desenvolvimento de gás na Amazônia acompanhado de um artigo publicado na BRASILENERGIA ([www.brasilenergia.com.br](http://www.brasilenergia.com.br)).

"Urucu e os Povos da Floresta" Iremar Antonio Ferreira da CUNPIR.

"Produção do Petróleo e do Gás Natural no Estado Amazonas Projeto Petróleo e Gás Natural do Urucu," Dieter Gawora. Maio, 1998. (Português)

"Governo discute projeto do gás de Urucu nos EUA," Dieter Gawora em Journal do Comercio. Manaus, Brasil. 19 Novembro, 2000.

"Eixos Amazônicos de Integração e Desenvolvimento---Obras Empreendimentos" Marky Brito do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). ([www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)).

World Rainforest Movement - WRM Bulletin 44, Marco 2001. ([wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)).

"Export Credit Agencies in Bolivia, Brazil, Ecuador, Peru and Venezuela." Bruce Rich et. al. Environmental Defense, 2001

### Notas:

1. "Brazil: Plans For Proposed \$600,000,000 Gas Transportation Project Is Part Of \$1,700,000 Undertaking Aimed At Developing 930 Mw In New Power Generation Capacity," em Worldwide Projects Report on Oil and Gas & Petrochemicals in the Developing World, 01 marco 2000.
2. "Lighting up Brazil; El Paso Energy unveils a bold plan to build a US\$ 1 billion electricity-generating complex in power-poor Sao Paulo state," em Latin Trade de Claire Pooles, julho, 2000.
3. Environmental Defense Fund Report on Export Credit Agencies, 1999  
Environmental Defense Fund Report on Export Credit Agencies, 1999
4. Associação Nacional de Petróleo Brasileiro, <http://www.brazil-round3.com/> or [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)
5. Dieter Gawora, entrevista, outubro, 2000
6. Relatório de Defesa Ambiental em Export Credit Agencies, 1999
7. Instituto Sócio Ambiental, Resultados de um Seminário de Consultas de Macapá, setembro, 1999
8. World Wildlife Fund and World Bank publicação conjunta "A Conservation Assessment of the Terrestrial Ecoregions of Latin America and the Caribbean" 1995.
9. Roberto Smeraldi, Amigos da Terra - Amazônia, entrevista por telefone, 29 de novembro, 2000
10. World Wildlife Fund e World Bank publicação conjunta, 1995
11. Roberto Smeraldi, Amigos da Terra Amazônia, entrevista, 29 de novembro, 2000
12. Roberto Smeraldi, Amigos da Terra - Amazônia, entrevista por telefone, 29 de novembro, 2000
13. Dieter Gawora, entrevista, outubro, 2000
14. Benedita Nascimento, Secretária Executiva do Fórum das ONGS de Rondônia, do Forum Permanente de Debates da Amazônia - FORUM (Forum de ONGs em Rondônia), entrevista, novembro, 2000.

## CONTATOS DOS QUE SE PREOCUPAM COM O PROJETO

Adilson Vieira, Diretor da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Manaus, Brasil, [cptam@argo.com.br](mailto:cptam@argo.com.br); tel: 55 92 625 2482  
Philip Fearnside, especialista em energia, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), [pmfearn@inpa.gov.br](mailto:pmfearn@inpa.gov.br)  
Roberto Smeraldi, Amigos da Terra–Amazônia [foeamaz@ibm.net](mailto:foeamaz@ibm.net) site: [www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br); tel: 55 11 3887 9369  
COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia), [coiab@ax.ibase.org.br](mailto:coiab@ax.ibase.org.br); tel: 55 92 233 0548  
Benedita Nascimento, Secretária Executiva do Fórum das ONGS de Rondônia (FORUM), [forum@enter-net.com.br](mailto:forum@enter-net.com.br)  
Daniel Nepstad, Woods Hole Research Institute / IPAM [dneptad@whrc.org](mailto:dneptad@whrc.org); [www.ipam.gov.br](http://www.ipam.gov.br)  
Kirsty Hamilton, pesquisadora (pesquisou e escreveu sobre o projeto), [kirsty\\_hamilton@hotmail.com](mailto:kirsty_hamilton@hotmail.com)  
Dieter Gawora, Kassel University, Alemanha, Autor de um relatório analisando os primeiros impactos sociais, [gawora@uni-kassel.de](mailto:gawora@uni-kassel.de)  
Stephen Schwartzmann, Environmental Defense, [steves@edf.org](mailto:steves@edf.org)

## WEB SITES DOS FINANCIADORES DO PROJETO

Petrobrás, [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br) (Inglês)  
Governo Federal/ Brasil-em-Ação, [www.brazil.gov.br](http://www.brazil.gov.br) (ver seção Avança Brasil )  
ANP, Associação Nacional de Petrólio, [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br) (Inglês)  
ONIP, Organização Nacional da Indústria de Petróleo, [www.onip.org.br](http://www.onip.org.br) (Português)  
ABDIB, Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base, [www.abdib.com.br](http://www.abdib.com.br) (Inglês)  
IBP, Instituto Brasileiro de Petróleo, [www.ibp.org.br](http://www.ibp.org.br) (Inglês) com links para outras organizações brasileiras  
Departamento de Petróleo, [www.dnc.gov.br](http://www.dnc.gov.br)  
Ministério das Minas e Energia, [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)  
Resumo do Brasil pela Administração de Informação de Energia dos EUA, Departamento do Energia, [www.eia.doe.gov](http://www.eia.doe.gov)  
(Inglês, ver country studies, Brasil)



**115 S. Topanga Canyon Blvd. Suite E  
Topanga, CA 90290 USA**

**Tel: 310.455.0617  
Fax: 310.455.0619**

**Email: [amazon@amazonwatch.org](mailto:amazon@amazonwatch.org)**

**[www.amazonwatch.org](http://www.amazonwatch.org)**

### Creditos e Agradecimientos:

**Escrevido e Pesquisado por Amazon Watch  
© junho 2001**

**Amazon Watch Escritores e Pesquisadores:** Atossa Soltani, Lauren Schowe, Kevin Koenig, Janet Lloyd, Daniela Meltzer

**Tradutores:** Karina Lamha, Doug Schaefer

**Dessenhos Graficos, Esquema e Producao:** Greg Bernstein, Atossa Soltani, Natalie van Zelm, Thomas Cavanagh, Anael Bonsorte

**Fotos:** Escavadora: Atossa Soltani; Rapariga Indigena: Pratap Chatterjee; Gasoduto Brasil-Bolivia: Atossa Soltani, Incendio do Gas: Kevin Koenig

**Um agradecimiento especial pelos seguintes:**  
Kirsty Hamilton; Adilson Vieira, Comissão Pastoral da Terra (CPT); Roberto Smeraldi, Amigos da Terra--Amazonia Brasileira; Fernando Baptista, Instituto SocioAmbiental; Nicole Freris, COIAB; Benedita Nascimento, Fórum das ONGS de Rondônia; Dieter Gawora; Michelle Chan, Friends of the Earth-US; Ivor Heyman; Stephen Schwartzman, Environmental Defense.